

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



VOLUME 34. 2.^a SÉRIE - 2016

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

por dia e, em quatro semanas, 438 402 pessoas desse país foram enviadas para o campo da morte mais paradigmático da Segunda Guerra Mundial. São números impressionantes que demonstram como as teses relativistas, ou negacionistas representaram uma mistificação da história sem paralelo.

O fenómeno do Holocausto foi muito conhecido em toda a Europa e as opiniões públicas melhor ou pior informadas estavam a par da realidade. No caso português, Irene Pimentel e Cláudia Ninhos analisaram em pormenor a questão sobretudo recorrendo à imprensa católica (ex. *O Novidades, Lúmen*) e aos jornais *República* e *Diário de Lisboa*. Cláudia Ninhos mostrou que a censura impedia que a população alfabetizada tivesse acesso às notícias sobre o Holocausto, pois estas eram muitas vezes eliminadas pelos Serviços da PVDE.

Na parte final da obra Irene Pimentel analisa alguns dos aspetos fundamentais da política nazi como os crimes e os julgamentos dos judeus. Os julgamentos de Kramer, e de Goring (Nuremberga) o caso de Keitel e dos outros chefes militares alemães. O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do governo nazi, Ribbentrop também teria de se sujeitar à justiça. Quando Hitler se suicidou no Bunker, em Portugal foi decretado um dia de luto nacional, enquanto se manifestava “alegria nas ruas”.

Ao lermos esta longa obra obtivemos uma vasta informação sobre o fenómeno totalitário e o Holocausto. Como não poderia deixar de ser reforçamos a sensibilização para o tema e ficámos com o desejo de continuar a ler livros que se ocupem do assunto nos planos nacional e internacional. O olhar do cinema é importante, mas só por si não basta para uma correta interpretação do genocídio do povo judaico pelos nazis. Assim, julgamos que o trabalho, de grande qualidade científica, de Irene Pimentel e Cláudia Ninhos para além de reunir todas as condições de natureza científica reveladas representa um grande passo no sentido do conhecimento de um tema até agora ainda não estudado entre nós. É, por isso, uma obra indispensável para os leitores interessados nesta temática e de leitura obrigatória para todos aqueles que por razões de ofício tiverem necessidade de se informar sobre o caso português no quadro da barbárie nazi.

VÍTOR NETO

Faculdade de Letras da UC/Ceis20

vitormpneto@sapo.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_15

David Priestland, *A Bandeira Vermelha. História do Comunismo*, Lisboa, Texto Editores, 2013 (Edição original em língua inglesa, 2000). ISBN: 978-97-2474-331-8

David Priestland é atualmente um dos maiores especialistas mundiais da História do Comunismo interpretado a uma nova luz, sem obediência

aos velhos dogmas comunistas e anticomunistas. “Fazedor” de uma história interpretativa e crítica de um dos movimentos de maior expressão da humanidade enraizado em dezenas de países durante dois séculos desde a Revolução Francesa, até à ideologia maduramente assumida na Alemanha dos séculos XIX e XX. O Comunismo enquanto sistema político culminaria na queda dessa utopia com a implosão da URSS em 1991. Professor de História Contemporânea em Oxford e nas Universidades Estatais de Moscovo, é também Professor Associado de St. Edmund Hall e, no quadro da sua atividade científica publicou obras como *Stalinism and the Politics of Mobilization* e *Merchant, Soldier, Sage – A New History of Power. A bandeira Vermelha surge como vértice, em certa medida, da sua produção historiográfica. Conhecedor da língua russa teve acesso aos Arquivos da antiga URSS e, assim, pôde desenvolver todo um trabalho de reinterpretção da história do comunismo libertando-se das abordagens dogmáticas marxistas-leninistas (economicistas e mecanicistas em muitos casos), presentes na Historiografia soviética muito desvalorizada no quadro do desenvolvimento científico mais geral desse país. Abordando o jacobinismo francês de Robespierre como precursor, em certa medida, dos socialistas utópicos franceses (ex. Sant-Simon, Charles Fourier, etc.) estuda também, como não poderia deixar de ser, pensadores e líderes como «Marx, Engels, Lenine, Estaline, Fidel Castro, Che Guevara, Mao, Ho Chi Minh, Gorbachev» assim como os seus seguidores de base militantes bolcheviques dos anos 20 na Rússia, os guerrilheiros da China, os estudantes marxistas da Etiópia ou os («terroristas urbanos na Europa da década de 70»). Numa fase em que se assiste ao regresso da Guerra Fria na Europa – a Euroásia por um lado e a União Europeia e os Estados Unidos pelo outro, o estudo da temática analisada por Priestland afigura-se-nos fundamental. Desde a tomada da Bastilha em 1789, até à queda «dramática» do Muro de Berlim (1989), desde a Praça de Tianamenn, em Pequim, até à derrocada do Império soviético em 1989, o comunismo teve os seus momentos de auge e de crise. Por outro lado, não deixa de representar, quase sempre, uma «concepção visionária» da modernidade social especialmente dos «deserdados da fortuna» que sustentaram a ideia de criação de uma sociedade baseado «na harmonia e na igualdade». O estudo da Revolução Bolchevique, do Terror Estalinista, da «desestalinização» de Kruschev, da Revolução Cultural chinesa, de Pol Pot e dos «campos de morte» no Cambodja, ou a implosão da URSS são incontornáveis para os leitores atentos aos «sinais dos tempos» e interessados no conhecimento do modelo soviético aplicado «mecanicamente» especialmente nos países do Leste Europeu após a Segunda Guerra Mundial e da rutura entre o Leste e o Ocidente que originou a Guerra Fria a partir dos anos 50. A análise das mentalidades é essencial para entender o comunismo*

de Lenine, Estaline, Mao, Ho Chi Minh, Che Guevara e Gorbachev, (embora este se afaste numa segunda fase do marxismo-leninismo e adira à social-democracia). No primeiro capítulo David Priestland faz uma abordagem cronológica da evolução do marxismo e elabora uma síntese interpretativa da obra de Karl Marx. Refere-se ainda ao papel de Engels na evolução do ideal marxista especialmente através de uma vasta correspondência enviada a partir de Londres. Este capítulo inicia-se sintomaticamente com uma alusão ao quadro de Eugène Delacroix, *28 de Julho. A Liberdade a Conduzir o Povo* (1831). Segundo o historiador britânico: «Para Delacroix, no coração da revolução não estavam os burgueses de togas, mas os trabalhadores esfarrapados». Isto representava uma verdadeira mutação do ideal de revolução burguesa para um outro assente numa nova sociologia: a da revolução das classes trabalhadoras que já se manifestara na revolução democrática e social de 1848, em Paris e se viria a revelar plenamente na Comuna de 1871 inspirada por ideais proudhonistas, blanquistas, marxistas, bakuninistas, etc., etc. Sobre este assunto ainda é hoje muito útil a leitura de *A Guerra Civil em França* de Karl Marx. Embora este tivesse desaconselhado a revolução parisiense, viria depois a apoiá-la e a extrair ilações desta primeira experiência de dominação do poder pelos trabalhadores (operários, artífices, pequeno burgueses, etc.). A Primeira Internacional de organizações socialistas plurais (fundada em 1864) viria a apoiar a revolução através dos seus 81 membros presentes na Assembleia parisiense. Como sublinha Priestland a respeito da revolução «[...] pela primeira vez, a bandeira vermelha e não a tricolor da República foi desfraldada sobre uma sede do governo, o Hotel de Ville» e a «ditadura proletária» implantada. Segundo o historiador, Marx teria sido «Um Prometeu Alemão». Marx polemizou com Bakunine no seio da I Internacional. Esta organização teria a sua reunião final em Haia, em 1872. O Conselho Geral de Londres seria transferido para Nova Iorque ficando os partidos socialistas italiano, espanhol e suíço à mercê da influência bakuninista. Com a fundação da Segunda Internacional, o Partido Social Democrata Alemão (SPD) passaria a exercer uma certa hegemonia no movimento socialista internacional – a Segunda Internacional realizou o seu primeiro encontro em Paris, e a 14 de julho de 1889, «no centenário do assalto à Bastilha». Nessa altura os delegados presentes na reunião de Paris puderam visitar a Torre Eiffel, símbolo da modernidade e do progresso industrial e civilizacional.

Ora, se tudo isto é analisado detalhadamente na obra de Priestland, também é verdade que o historiador aborda o comunismo dos Cavaleiros de Bronze, assim designados sob inspiração da famosa estátua de S. Petersburgo erigida no tempo de Pedro O Grande. Penetrando profundamente na vida social e política russa, o historiador explica a revolução bolchevique de 1917 a

partir de uma posição crítica e não deixa de abordar o olhar do Ocidente sobre a rutura de outubro, assim como das suas fases seguintes (ex. Comunismo de Guerra NEP, Estalinismo). Para além disso, é o marxismo que também está em análise – o de Lenine, Rosa Luxemburgo, Lukács, Gramsci e da Escola de Frankfurt (aqui especialmente o marxismo romântico de Marcuse e do seu *Homem Unidimensional*). O estudo da influência soviética sobre o Ocidente especialmente através dos seus líderes é uma realidade desta obra multifacetada que vai das abordagens políticas, às culturais, plano em que Priestland se mostra particularmente à vontade. No capítulo V estuda as Frentes populares particularmente em Espanha, em França e no Chile. A análise da Segunda Internacional e o papel do Comintern são igualmente interpretados a uma nova luz. O leninismo, o exemplo francês e a figura de Ho Chi Minh, o estalinismo e o Gulag soviéticos, a coletivização forçada dos campos na década de 30 na URSS são objeto da atenção lúcida de Priestland. No capítulo VI «O Leste é Vermelho» o autor analisa o pensamento de Mao Tsé Tung e estabelece a relação necessária entre o líder chinês e Estaline. A China como grande país comunista depois da Longa Marcha e da criação da República Popular em 1949 é objeto de várias reflexões do historiador britânico: ou então a reflexão centra-se no Vietname e na luta dos vietnamitas pela libertação dos franceses primeiro e dos americanos depois. Para constatar a importância histórica do comunismo em finais da década de 40 convém ler a seguinte passagem de Priestland: «O ‘bloco’ comunista era, portanto, extremamente diversificado – muito mais até do que muitos, no Ocidente e nessa altura gostariam. Ainda assim, a partir de 1949 e durante alguns anos, regimes comunistas, na sua maioria em estreita aliança com Moscovo, governaram um terço da população mundial. Poucos teriam previsto tão extraordinário desfecho apenas oito anos antes, quando os nazis estavam às portas de Moscovo e o comunismo à beira do colapso» (p. 336).

Os anos de Estaline e o pós-estalinismo mereceram a David Priestland a maior das atenções. Daí a ideia de Império para caracterizar o comunismo até aos finais da década de 60 quando o comunismo parecia estar esgotado, embora ganhasse um novo alento na América Latina e em África e contasse com a «concorrência» de Cuba. Na verdade, a guerrilha adquirira aqui influência, como o autor mostra e foram criados ícones como o de Che Guevara (alinhado de «Che»). A emergência dos países do Terceiro Mundo depois da conferência de Bandung (1955), muitos dos quais inspirados pelo marxismo, trouxe consigo uma nova realidade à cena internacional. Che Guevara não só deu o exemplo na América Latina (Venezuela, Guatemala e Colômbia) como o seu mito foi transposto para África onde a guerrilha se ocupou da libertação de povos colonizados como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Porém, a transposição mecânica do marxismo-leninismo

para África revelar-se-ia nefasto especialmente nos países colonizados por Portugal até 1974. Aqui também o maoísmo desempenhou um grande papel, mas as políticas adotadas tinham mais a ver com o modelo soviético. No capítulo X Priestland ocupa-se da estagnação dos países comunistas particularmente na época de Brejnev. Nesta fase, as pessoas de Leste pareciam estar mais interessadas no consumismo a que não tinham acesso do que no igualitarismo proposto por Krutshev para a URSS nos anos 80. Esta ideia da realização do comunismo seria posta de lado pela nova nomenclatura brejnevista dos anos 70 uma vez que aquilo que dominava o coletivo era uma sociedade baseada na burocracia e na existência de privilégios da elite dominante. Na moda, as calças de ganga e na música o rock eram especialmente apreciados nos países do leste europeu.

David Priestland abordou naturalmente a queda do comunismo em 1989 e o epílogo da sua obra é a análise das revoluções coloridas «Rosa» na Geórgia em 2003, «Laranja» na Ucrânia em 2004 e «Tulipa» no Quirguistão em 2005, revoluções que puseram termo às velhas ordens comunistas. No entanto, mantinha-se a Coreia do Norte como uma dinastia de um comunismo oriental e Cuba apesar da derrocada da URSS. O caso chinês é muito particular já que a economia é capitalista e o governo comunista. Virá novamente o vermelho? Priestland afirma que ao reagirem violentamente contra as utopias comunistas, os «liberais dogmáticos messiânicos» tentam exportar o seu sistema muitas vezes «à força» para todo o planeta. E conclui que agora os castigados com a crise de 2008 podem aprender com a história do comunismo.

Para terminar: Trata-se, na verdade, de uma excelente obra de um autor com uma cultura extraordinária que nos retrata os grandes movimentos do comunismo internacional desde as suas origens à sua queda. Crítico em relação aos modelos que existiram, o historiador não cai – longe disso – nos braços dos neoliberais uma vez que me parece ver nele uma certa simpatia pela utopia comunista.

VÍTOR NETO

Faculdade de Letras da UC/Ceis20

vitormpneto@sapo.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_16

Jorge de Alarcão, *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*, Coimbra, CEAUCP, 2013, 96 p., ilustradas. ISBN: 978-989-95964-5-3.

Apresenta a capa contornos de montanhas envoltos em neblina. Não poderia ser ilustração mais adequada a uma obra onde o Autor efetivamente